

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 16 DE ABRIL DE 2007**-----

-----Aos dezasseis dias do mês de Abril de dois mil e sete, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Maria Joana Vidinha Batista e Morais Silvestre, José Carlos da Silva e Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos.--

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Os Srs. Vereadores Pedro Pisco dos Santos e Manuela Cunha requereram a retirada da Ordem de Trabalhos da votação dos Documentos de Prestação de Contas referentes ao ano de dois mil e seis, dado o curto prazo que tiveram para procederem à sua apreciação.-----

-----O executivo concordou e sob proposta do Sr. Presidente foi retirada também a primeira Revisão Orçamental do corrente ano, cuja aprovação depende da aprovação daquele instrumento financeiro. Mais foi agendada uma reunião extraordinária para o próximo dia vinte e seis de Abril, às nove e trinta horas, com vista à aprovação dos documentos ora retirados.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse, a respeito da Acta da reunião de dezanove de Março, que num blog local é referida a apreciação pelo executivo municipal do pedido do MIC, respeitante à exibição do documentário narrado por Al Gore 'Uma

Verdade inconveniente', mais concretamente, o blog refere-se à votação dos Srs. Vereadores da CDU e do PSD contra a cedência da sala ao MIC, o que não corresponde à verdade do que se passou em reunião de Câmara. Pelo lado da Sr^a Vereadora, esteve contra uma acção conjunta Câmara/MIC, considerando que isso abria um precedente, pelo facto do MIC ser um movimento de intervenção política, mas defendeu que a sala fosse cedida para o Movimento organizar a sua iniciativa, o que foi, aliás, a conclusão final da votação da Câmara.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro disse que no texto da Acta falta dizer que a iniciativa foi do MIC, que paga o filme e a divulgação, porque o seu pedido não foi aceite pelo executivo.--

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário disse que também um comentário que fez e não consta da Acta é conhecido pelo MIC, o que não lhe causa problema nenhum, mas gostaria de ver esclarecido.-----

-----O Sr. Presidente referiu que na reunião de dois de Abril foi adiada a adjudicação das escavações arqueológicas a ERA por falta do parecer do IPA no tocante à primeira fase das escavações e fez entrega aos membros do executivo do referido parecer.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha aludiu à posição do Partido Ecologista Os Verdes quanto à decisão do Governo de suprimir as paragens dos comboios Alfa no Ribatejo.-----

-----A mesma autarca disse que enferma de mau gosto a localização da passadeira rebaixada na rotunda da Rua de Alpiarça, em local de fraca visibilidade para os automobilistas.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício referiu que o parque que a Câmara partilha com a COMPAL não tem dimensão para que qualquer semi-reboque consiga virar à primeira manobra.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou a que se refere uma tenda com póneis, à entrada de Almeirim, pela estrada de Santarém.-----

-----Perguntou ainda o mesmo autarca se há prazo previsto para a

finalização das obras no entroncamento de acesso à Ponte Salgueiro Maia, o que foi respondido pelo Sr. Presidente desconhecer.-----

-----Às quinze horas e trinta e oito minutos saiu o Sr. Vereador Pedro Ribeiro.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário disse que, em relação ao agendamento por si requerido na passada reunião da proposta de processo disciplinar a uma funcionária, para a presente reunião, estranha a falta do mesmo agendamento na Ordem de Trabalhos.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que não o fez porque a Acta ainda não foi aprovada.-----

-----O mesmo Vereador referiu que, constatando a falta de agendamento do processo disciplinar na Ordem de Trabalhos e considerando esgotadas as diligências para dar andamento ao assunto, e atendendo que há coisas mais importantes para o Concelho e perante a prepotência do Sr. Presidente, só lhe resta encaminhar o processo para outras instâncias. E leu a intervenção do seguinte teor:-----

-----«Sobre o não agendamento da proposta de processo disciplinar.-----

-----Considerando esgotadas as diligências legais para agendar em reunião de Câmara este assunto e porque há coisas bem mais importantes para o nosso Concelho, parece-me de encaminhar este assunto para outras instâncias.-----

-----Um. De acordo com o estipulado no Artigo dezoito (Competência disciplinar sobre os agentes ao serviço das autarquias locais e das associações e federações de municípios) do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local D.L número vinte e quatro barra oitenta e quatro, de dezasseis de Janeiro) número um "A competência disciplinar sobre os funcionários e agentes

das autarquias locais e das associações e federações de municípios pertence aos respectivos órgãos executivos”-----

-----2.Estipula o artigo trinta e nove número um do ED que são competentes para instaurar ou mandar instaurar processo disciplinar contra os respectivos subordinados todos os superiores hierárquicos, ainda que neles não tenha sido delegada a competência de punir.-----

-----3.Como resulta do artigo cinquenta e um número um do ED, a entidade que instaurar processo disciplinar deve nomear instrutor. Considerando, ainda que, por força do artigo dezoito número um do ED, nas autarquias locais a competência disciplinar pertence aos respectivos órgãos executivos, deve a Câmara Municipal, por força do artigo cinquenta e um número um do mesmo diploma, nomear instrutor.-----

Isto é ao contrário do afirmado pelo presidente da Câmara “o direito de competência disciplinar, nos termos da lei pertence ao órgão executivo e a lei não confere competência ao presidente da câmara”.-----

-----O que se passou foi claramente com base num “parecer jurídico encomendado e errado” uma tentativa clara e ilegítima e até de “má fé” de impedimento do exercício de competências que pertencem ao executivo municipal, de uma forma, eventualmente abusiva de poder que põe em causa o regular funcionamento deste EXECUTIVO MUNICIPAL.-----

-----Tanto mais que essa situação, de querer controlar e interferir ilegitimamente, impedindo de uma forma que se tipifica como abuso de poder, no regular funcionamento do Executivo municipal.-----

-----Mais uma vez hoje, não foi agendado o ponto da ordem do dia que nos termos do artigo oitenta e sete da Lei cinco traço A barra dois mil e dois, atempadamente foi indicado por mim e exarado na acta de dois de Abril de dois mil e sete.-----

-----Essa acção ilegal de impedimento já se verificou na reunião de dezanove de Março, na de dois de Abril e está -se a verificar na de hoje.-----

-----O Senhor presidente da Câmara, de uma forma continuada, ao "impedir ilegalmente" o regular funcionamento deste executivo municipal está claramente a "patrocinar interesses particulares, de terceiros, de qualquer natureza, quer no exercício das suas funções, quer invocando a qualidade de membro do órgão autárquico; (utilizou até o seu voto de qualidade), incumprindo entre outros os seus deveres previstos III) alínea b) artigo quatro Lei número vinte e nove barra oitenta e sete, de trinta de Junho. É claro que segundo o nosso entendimento também não cumpriu nem está a cumprir alguns princípios estipulados na lei, previstos no mesmo artigo quatro.-----

-----a) em matéria de legalidade e direitos dos cidadãos:-----

-----i) Observar escrupulosamente as normas legais e regulamentares aplicáveis aos actos por si praticados ou pelos órgãos a que pertencem;-----

-----ii) Cumprir e fazer cumprir as normas constitucionais e legais relativas à defesa dos interesses e direitos dos cidadãos âmbito das suas competências;-----

-----iii) Actuar com justiça e imparcialidade;-----

-----b) Em matéria de prossecução do interesse público:-----

-----Assim solicito as certidões respectivas, das actas de dezanove de Março, dois de Abril e da de hoje, para reclamar junto do Tribunal e de outros órgãos competentes, dado a não conformidade e legalidade dos actos praticados (Artigo três Lei número vinte e sete barra noventa e seis de um de Agosto) pelo senhor presidente da Câmara, e que determine o cumprimento das normas legais ao senhor presidente da Câmara Municipal, do que até hoje me vem sendo recusado.-----

-----Porque quer queira quer não o senhor presidente será obrigado a cumprir a Lei!»-----

-----O Sr. Presidente leu também o documento que remeteu ao executivo na passada reunião e que não foi lido pelo Sr. Vice-Presidente:-----

-----«Perante a proposta apresentada pelo Sr. Vereador Francisco

Maurício, tendo em conta os considerandos que passo a enumerar, permito-me fazer a seguinte recomendação:-----

-----Considerando que a proposta foi feita ao abrigo da alínea a) do número um do artigo oitenta e sete da Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove com a redacção que lhe foi dada pela Lei cinco traço A barra dois mil e dois que prevê o prazo de antecedência de cinco dias úteis (este não foi cumprido);-----

-----Considerando que a alínea p) do número um do artigo sessenta e oito da mesma lei me dá a competência para "estabelecer" e distribuir a ordem do dia das reuniões, entendi não agendar o ponto proposto por não se encontrarem reunidos os requisitos legais;-----

-----Considerando a votação na reunião de dezanove de Março de dois mil e sete que reprovou a possibilidade de novo agendamento desta matéria;-----

-----Considerando que a Senhora Vereadora Manuela Cunha disse naquela reunião "há neste caso uma contradição do Senhor Presidente porque reconheceu o pedido para agendar e aceitou fazê-lo. Se achava que não era competência da Câmara não aceitava o agendamento".-----

-----Considerando que os pareceres jurídicos dizem:-----

-----"Não pode, a Câmara tomar qualquer decisão sobre a matéria, sob pena de praticar um acto anulável por incompetência em razão da matéria"; (Dr. Vítor Batista).-----

-----"A proposta apresentada pelo Senhor Vereador carece totalmente de base legal" (Dr. Vítor Batista).-----

-----"Decorreram mais do que três meses desde a data de tomada de conhecimento pelo Senhor Presidente pelo que o procedimento disciplinar prescreveu" (Dr. Montalvo).-----

-----"A partir do momento (quatro de Dezembro de dois mil e seis) o Senhor Vereador Francisco Maurício deixou de ser membro do Júri, todos os actos subsequentes com a participação do Senhor Vereador, estão feridos de invalidade; (Dr. Montalvo).---

-----Pelo que acabo de expor é minha intenção não voltar a agendar este ponto sob pena de praticar acto ilegal.-----

-----Assim sendo aconselho o Senhor Vereador a recorrer ao "Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria"»-----

-----O Sr. Presidente referiu a diferença entre a instauração de processo disciplinar, que é da competência do Presidente e a aplicação da pena, da competência do executivo, de que é exemplo o processo hoje presente ao executivo. E recusou a acusação de prepotência afirmando que tem um exemplar do processo de concurso para selecção da empresa que ministraria as aulas de inglês ao primeiro ciclo, de que o Sr. Vereador era Presidente do Júri e que, por motivos de demissão de todos os cargos, foi substituído no Júri, passando este a ser composto pelo elemento substituto. Curiosamente, deixou de fazer parte do Júri desse concurso, mas no Júri para o concurso de chefe de secção não seguiu o mesmo critério. Não sabe porque usou desta discricionariedade. Neste momento o que se está a passar é ilegal, porque não usou da palavra no momento oportuno e, sem ter entregue nenhum pedido para integração na Ordem do Dia, está aqui a expor o que não está agendado.-----

-----O Sr. Vereador Maurício do Rosário disse que nunca pretendeu discutir isto na Ordem do Dia de hoje e por isso está a usar o PAOD. E não compreende por que o Sr. Presidente trouxe a reunião de Câmara a sua proposta, para depois a tentar impedir. Trata-se de um assunto de sua honra, a funcionária acusou-o de desonesto, o que lhe causa problemas. Por outro lado o Sr. Presidente não deixou de exercer o direito de apresentar a sua proposta ao executivo, direito que lhe recusa. E, dirigindo-se ao Sr. Presidente, acrescentou: 'O Sr. Ainda não percebeu o que toda a gente já percebeu, a figura que está a fazer'.-----

-----O Sr. Presidente respondeu: 'Estou a fazer a figura que quero fazer'.-----

-----O mesmo Vereador acrescentou que no mencionado concurso para as aulas de inglês manteve-se no Júri até à resolução da última reclamação, participou de todas as reuniões até à proposta final e quer saber onde se enquadra aí a sua demissão.-

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que o adiamento da deliberação sobre os Documentos de Prestação de Contas irá prejudicar o seu envio em tempo oportuno à Assembleia Municipal, pelo que aceita que os mesmos se mantenham na Ordem de Trabalhos da reunião de hoje. Foi secundado nesta posição pela Sr^a Vereadora Manuela Cunha.-----

-----O executivo concordou, não se realizando a reunião extraordinária agendada para vinte e seis de Abril.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**1 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em projectos de arquitectura respeitantes aos processos de obras abaixo referenciados, ao abrigo da delegação de competências:---

-----Rui Miguel Felício Caniço, noventa e sete A; Maria Cristina de Oliveira Sansana da Silva, cento e cinco; Teresa Sofia Silva Lucas Proa, duzentos e trinta e dois A, todos de dois mil e cinco; João Paulo Marques Pereira, duzentos e quarenta e três; Maria Manuela Runa Duarte Catrola, duzentos e noventa e dois; José João Bento Galego, trezentos e quarenta e oito, todos de dois mil seis; Gonçalo Manuel Santos Brizio, vinte e quatro; Guilhermina Duarte Batista Ferreira, trinta; Manuel Francisco Oliveira Caeiro, cinquenta e três, todos de dois mil e sete.----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em sede de projectos globais referentes aos processos de obras a seguir enunciados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----José Manuel Serralheiro da Costa, Limitada, trezentos e nove, dois mil e quatro; M.F.S. Compra, Venda e Exploração de Imóveis, Limitada, setenta e cinco A de dois mil e cinco; José Manuel Serralheiro da Costa, Limitada, cento e quarenta e cinco; Joaquim Maria Alves Fernandes Fidalgo, duzentos e sessenta e

quatro ambos de dois mil e seis; Joaquina da Conceição Silva, vinte; Maria Otília Calado Marmelo, vinte e dois; Predialmeirim - Sociedade Imobiliária, Limitada, vinte e oito, todos de dois mil e sete.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----Saiu o Sr. Vereador Francisco Maurício.-----

-----ABATE DE PINHEIROS - O Sr. Vereador José Carlos da Silva deu conhecimento que um elemento da GNR comunicou que vão ser cortados os pinheiros que se encontram na Escola Secundária e na Zona Norte. Esta medida insere-se nas normas impostas pela Direcção-Geral dos Recursos Florestais, no âmbito do estabelecimento de uma faixa de contenção fitossanitária ao nemátodo da madeira do pinheiro.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que esta história está muito mal contada. Se se trata de estabelecer uma zona de contenção de três quilómetros, por quê cortar aquelas árvores, se a seguir não há mais árvores. E acrescentou que a Câmara deve reclamar o ressarcimento dos prejuízos. E perguntou quem efectuou o corte e quem vai vender a madeira, ao que o Sr. Vereador disse que as quatro árvores já abatidas na Zona Norte foram cortadas pelas autoridades, sem que acrescentassem qualquer outra informação.-----

-----A mesma Vereadora disse que se deve perguntar à Direcção-Geral das Florestas a razão do corte de árvores consideradas saudáveis, que não são portadoras nem hospedeiras do nemátodo. E acrescentou que gostava de saber porque foi flagelado o nosso Concelho se, segundo a tese, os três quilómetros de abate chega para impedir o avanço da doença, quando a seguir não há mais pinheiros, só há charnecas de vinha. Esta medida afectou particularmente os produtores do Concelho e compete à Câmara Municipal exigir explicações mais claras.-----

-----A respeito do mesmo assunto, o executivo tomou conhecimento

da comunicação do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes, que remete cópia de um requerimento dirigido ao Ministro da Agricultura pelo seu deputado distrital.-----

-----INDÚSTRIA DE TOMATE - O executivo tomou conhecimento da comunicação da Associação dos Industriais de Tomate que alerta para o risco de encerramento das indústrias portuguesas de transformação de tomate.-----

-----COMBOIOS - A Sr. Vereadora Manuela Cunha fez a apresentação da carta aberta aos autarcas do Distrito de Santarém, emanada do Partido Ecologista Os Verdes, na qual é solicitada a tomada de posição contra a medida da CP - Comboios de Portugal de extinguir as paragens dos comboios Alfa no Distrito, o que representa um claro retrocesso no leque de ofertas do transporte ferroviário, deixando esta região praticamente sem ligações à capital e ao resto do país, na sua modalidade mais rápida, confortável e fiável. É uma decisão que subalterniza o Distrito, com graves prejuízos para os residentes e para o turismo e contra a qual se propõe lutar.-----

-----às dezasseis horas e cinco minutos retomou o seu lugar o Sr. Vereador Francisco Maurício.-----

-----O Sr. Presidente concordou com a tomada de posição contra a eliminação das paragens dos comboios Alfa pendulares no Distrito.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos salientou que também compartilha as preocupações do Partido Os Verdes relativamente às acessibilidades e transporte, e pelo facto dos cidadãos da região não poderem usufruir esse meio de transporte mais confortável contribui para o afastamento da região em relação aos outros centros urbanos.-----

-----O executivo deliberou apoiar esta iniciativa.-----

-----TRÂNSITO - A Sr^a Vereadora Manuela Cunha referiu que há automobilistas que fazem inversão de marcha junto à rotunda da Avenida D. João I, o que não é uma comportamento aceitável e devia ser colocada sinalização obrigando a contornar a rotunda.-

-----O executivo deliberou determinar a proibição de inverter a marcha na Avenida D. João I, no sentido da Avenida Dr. Mário Soares - Rua de Alpiarça, no entroncamento com a Rua das Milheiras, em Almeirim, com obrigatoriedade de contornar a rotunda.-----

-----PCP - O executivo tomou conhecimento da comunicação do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português que capeia cópia do requerimento ao Governo sobre as Provas Globais facultativas no Ensino Básico.-----

-----ANMP - A Câmara tomou conhecimento da Circular da Associação Nacional de Municípios Portugueses que informa da proposta de Protocolo apresentada ao Senhor Ministro da Saúde com vista a definir os princípios aplicáveis à reforma das Urgências Hospitalares e dos Serviços de Atendimento Permanente, a fim de assegurar a prestação desses serviços às populações.---

-----REFORMA ADMINISTRATIVA - Foi tomado conhecimento da comunicação da Sr^a Deputada ao Parlamento Europeu Edite Estrela que acompanha a brochura 'Reformar a Administração: Poupar na Burocracia, Investir no Crescimento' apresentada no decorrer da sessão com o mesmo nome.-----

-----PISCINAS - A Câmara tomou conhecimento do convite dos Coordenadores Técnicos da Escola Municipal de Natação de Almeirim, convidando a assistir ao V Festival de Hidroginástica que se realizará no próximo dia vinte e dois de Abril.-----

-----RANCHO FOLCLÓRICO DE PAÇO DOS NEGROS - O executivo tomou conhecimento do convite do Rancho Folclórico de Paço dos Negros

para assistir, no próximo dia dois de Junho, a uma noite de fados de Coimbra, evento destinado a angariação de fundos.-----

-----PEDIDO DE TAÇA - Foi presente a carta da Comissão Coordenadora Nacional do Desporto da Festa do Avante solicitando a oferta de uma taça a disputar numa prova desportiva daquela Festa.-----

-----A Câmara deliberou oferecer uma taça.-----

-----CONTRA-ORDENAÇÕES - Foi presente o requerimento de Gonçalo Alexandre Florêncio Caniço solicitando autorização para efectuar o pagamento da coima que lhe foi imposta pela actividade não licenciada de arrumador de carros, no valor de cento e cinquenta euros, em seis prestações mensais, dado estar desempregado e não possuir rendimentos.-----

-----É acompanhado de informação do Gabinete de Acção Social relativa à situação económica e familiar do requerente.-----

-----A Câmara deliberou propor ao Juiz do processo, como incentivo pela sua recuperação, que seja revogada a aplicação da medida.-----

-----ACÇÃO SOCIAL - Foi presente a informação do Gabinete de Acção Social que faz o levantamento da situação económica e familiar de Maria Palmira da Conceição Isabelinha, cuja habitação, na Rua António Rosa Isabelinha, número quarenta e três, Cortiçóis, está totalmente degradada, necessitando de reparação no telhado e construção de uma casa de banho, para repor as condições mínimas de habitabilidade.-----

-----A Câmara deliberou conceder os materiais necessários às obras.-----

-----ESCOLA DE CORTIÇÓIS - Foi presente o ofício do Agrupamento de Escolas Febo Moniz solicitando a aquisição de uma fotocopiadora digital Kyocera KM mil seiscentos e trinta e cinco, pelo preço de mil e quinhentos euros, mais IVA, com

retoma de uma fotocopiadora Xerox usada por quatrocentos euros, com destino à Escola Básica do primeiro ciclo de Cortiçóis. Solicita ainda o pagamento dos contratos de assistência técnica para cinco escolas básicas do Agrupamento, no valor anual de quatrocentos e setenta e oito euros e dez cêntimos, mais IVA, cada um. O fornecimento e as prestações de serviços serão efectuadas por Nabancópia, Equipamentos e Material de Escritório, Lda.-----

-----A Câmara deliberou deferir.-----

-----PUBLICAÇÃO - Sob proposta da ONG Saúde em Português, a Câmara deliberou efectuar a assinatura da sua publicação 'Ser Solidário', na modalidade anual, doze exemplares, pelo valor de vinte e dois euros.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das entidades a seguir identificadas, a Câmara deliberou atribuir as seguintes transferências:-----

-----Associação de Radioamadores do Ribatejo, para o II Concurso Cidade de Almeirim, mil e quinhentos euros; Câmara Municipal da Boa Vista, doze conjuntos de instrumentos e utensílios no valor individual de duzentos e dezassete euros e sessenta e um cêntimos; e União Futebol Clube de Almeirim, para pintura do Estádio D. Manuel de Mello, quinhentos euros. Nesta última deliberação não participaram o Sr. Presidente e o Sr. Vereador José Carlos da Silva.-----

-----O executivo deliberou ainda ratificar a decisão do Sr. Vereador José Carlos da Silva de atribuição ao Agrupamento de Escolas de Almeirim da transferência de setecentos euros, com destino ao evento lúdico e recreativo realizado no passado dia onze.-----

-----A pedido da Associação Mãos Unidas Padre Damião, a Câmara deliberou atribuir um subsídio igual ao do ano passado.-----

-----REFEITÓRIO - Foi presente a carta da Secção de Petanca da

Associação Vinte Quilómetros de Almeirim solicitando a oferta de um almoço para cento e quarenta participantes no Torneio Aberto de Petanca em doublete, que terá lugar no dia vinte e cinco de Abril próximo.-----

-----A Câmara deliberou oferecer o almoço e recomendar que a Associação não proceda à sua cobrança aos participantes residentes no Concelho.-----

-----**3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS**-----

-----OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA - Foi presente o requerimento de Domobroker - Mediação Imobiliária, Ld^a, solicitando licença para ocupação da via pública com um stand de vendas, na Urbanização de S. Roque, em Almeirim, por um período de seis meses.-----

-----A Câmara deliberou deferir.-----

-----DIREITO DE SUPERFÍCIE - O executivo deliberou deferir o requerimento de Manuel Marcelino Pires, solicitando a compra da nua propriedade sobre o lote seis - A da Rua Joaquim da Conceição Rodrigues, em Almeirim, de que é superficiário.-----

-----ZONA DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS - Foi presente o requerimento de Tecnogarden - Construção e Manutenção de Espaços Verdes, Ld^a, solicitando autorização para hipotecar o seu lote número oitenta da Zona de Actividades Económicas de Almeirim, ao Banco Popular, SA, em garantia real de financiamento à construção e com reconhecimento da subsistência da hipoteca mesmo em caso de reversão.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, deferir o pedido.-----

-----Absteve-se a Sr^a Vereadora Manuela Cunha por considerar que o assunto devia constar da Ordem de Trabalhos.-----

-----Foram presentes ainda os seguintes requerimentos, solicitando autorização para pagamento da compensação a que se refere o Artigo cinquenta e quatro do Regulamento da Zona de Actividades Económicas, a fim de poderem transaccionar os

respectivos lotes da Zona de Actividades Económicas de Almeirim:-----

-----Jorjauto, Sociedade de Comércio Rodoviário, Lda, relativamente ao lote número treze;-----

-----e Fernando Simão SGPI, SA, referente ao lote número vinte.-

-----A Câmara deliberou deferir os pedidos, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Pedro Pisco dos Santos e Manuela Cunha. Esta última autarca justificou a sua posição por considerar que o assunto devia constar da Ordem de Trabalhos.---

-----LOTEAMENTO DA RAPOSA - Foi presente o requerimento de Lígia Maria Carapinha Bastos de Oliveira, proprietária do lote número cento e dezoito da Quinta de Santo António, na Raposa, solicitando autorização para proceder à venda do referido lote.-

-----Sob proposta do Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos, a Câmara deliberou pedir indicação das condições do negócio, designadamente, o preço de venda e condições de pagamento e perguntar por que motivo, tendo sido o lote doado com a condição de qualquer transmissão futura ser previamente autorizada pela Câmara Municipal, se constatar pela inscrição predial que a transmissão já foi efectuada sem essa autorização.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2006 - Foi apresentada a Prestação de Contas relativa ao ano económico de dois mil e seis, previamente distribuída por todos os autarcas, contendo todos os documentos elencados no Anexo I à Resolução número quatro de dois mil e um, do Tribunal de Contas, Segunda Secção, integralmente elaborados, os quais vão ficar arquivados, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados.----

-----Os Documentos de Prestação de Contas demonstram uma execução da receita no montante de quinze milhões seiscentos e trinta e sete mil seiscentos e oitenta euros e vinte e oito cêntimos e uma execução da despesa no montante de treze milhões

oitocentos e quarenta e um mil duzentos e cinquenta e um euros e quarenta e um cêntimos.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que, apesar do pouco tempo para análise, dois dias, não quis demorar a remessa dos documentos à Assembleia Municipal e perguntou a diferença entre subsídio e transferência, que o Chefe de Repartição Gilberto Xavier esclareceu.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos ponderou as diferenças comparadas das Contas, em relação aos últimos anos, no que concerne à Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, subsídio de refeição, telecomunicações, telemóveis, encargos de cobrança de receitas, pessoal em qualquer outra situação e referiu as Alterações orçamentais executadas.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício perguntou se é possível apresentar as Contas sem estarem consolidadas, ou seja, sem comportarem as da empresa municipal.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos salientou que os subsídios à ALDESC, EM aumentaram cento e dezassete por cento em relação aos de dois mil e cinco e que tem aumentado o endividamento ao longo dos anos.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício perguntou se é feita em cinco anos a amortização de bens que não excedem os cem mil euros e a conexão desta operação com o Artigo vinte e dois de Decreto-Lei número cento e noventa e sete de noventa e nove, de oito de Junho, o que foi respondido pela funcionária que secretaria a reunião.-----

-----O Chefe de Repartição Xavier respondeu às demais questões colocadas, no âmbito das normas aplicáveis da contabilidade autárquica e do Tribunal de Contas.-----

-----Submetida a votação, foi a Prestação de Contas do ano económico de dois mil e seis aprovada por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos e a abstenção do Sr. Vereador Francisco Maurício.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha declarou: «Voto contra e faço

voto de vencido porque, da rápida leitura que pude fazer, atendendo ao facto que o prazo de entrega dos documentos à Vereação foi muito curto e não querendo agora prejudicar a Assembleia Municipal retirei o pedido de adiamento que tinha subscrito, se me levantam muitas dúvidas das Contas e da actividade, rigor e exactidão dos movimentos que apresentam. As minhas dúvidas relativas ao que acabo de dizer são sustentadas nos seguintes dados: 1º - Os custos reais do carro do Sr. Presidente, sendo que em reunião de Câmara de vinte e um de Agosto do ano passado apresentou a compra pelo preço de vinte e cinco mil quatrocentos e sessenta e três euros e agora aparece em património com o valor de trinta e nove mil quinhentos e sessenta e quatro euros, quase o dobro; 2º - Porque não aparece informação nos Documentos de Prestação de Contas, mais concretamente nos contratos administrativos relativos à contratação de leasing do segundo autocarro urbano, mas aparecem despesas do mesmo; 3º - Porque não aparecem os Relatórios de Gestão de todos os veículos e viaturas da Câmara, mas só de alguns; 4º - Porque existem documentos sem assinatura dos Vereadores quando a deviam ter (e referiu exemplos); 5º - Que obras terão sido executadas no Pórtico de Paço dos Negros e Fonte de S. Roque que justificaram setenta e cinco mil euros de verbas executadas este ano?; 6º - Porque não se nomeiam os responsáveis dos serviços, como o POCAL exige, e em seu lugar só aparecem os Vereadores, talvez por não existirem Chefes de Divisão; 7º - Porque se apresenta o Relatório de Gestão da Biblioteca e do Cine Teatro, quando são actividades da ALDESC?; Como se pode apresentar anexos em suporte digital tão mal, quando se tem vários informáticos ao serviço da Câmara e um dos ficheiros até não se encontra em formato de consulta, mas pode ser alterado; 9º - Como se pode transferir para o Mirante uma verba de valor quase igual à que se transfere para a RESIURB?; 10º - O que significará existirem dois empréstimos efectuados, um desde dois mil e cinco, que não estão a ser utilizados? A lei permite isto?; 11º - Será também que não deveriam aparecer os

dois empréstimos deliberados e aprovados no ano de dois mil e seis, se bem que contratualizados em dois mil e sete? Muitas outras dúvidas teria, de certeza, se me fosse permitida uma leitura com mais tempo. Entretanto, estas chegam para considerar que a Prestação de Contas e o Relatório de Actividades não são transparentes e merecem o meu desacordo e o meu voto contra.»---

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou: «Voto contra e faço voto de vencido porque considero que estas Contas reflectem o Orçamento, que não foi aprovado pelo PSD. Aproveito para manifestar a minha preocupação pelo aumento do endividamento da Autarquia e o facto de terem aumentado as verbas com transferências para a ALDESC, EM (aumento de cento e dezassete por cento em relação a dois mil e cinco). Esta situação leva a crer que o projecto de tornar a empresa municipal viável, não lucrativa, não se afigura possível com o enquadramento que está a ser dado a esta matéria.»-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício declarou: «Abstenho-me, embora das questões postas ao Sr. Xavier tenha tido resposta satisfatória, haverão, eventualmente, outras que, pela falta de tempo para análise, não foi possível formular. Mas foram as respostas do Sr. Xavier, em relação à Alteração do Orçamento que é resultante do empréstimo bancário e incorporação do saldo da gerência que esclareceram as dúvidas que tinha.»-----

-----O Sr. Vereador José Carlos da Silva disse: «Voto a favor porque todas as dúvidas puderam ser retiradas nas várias questões colocadas ao Sr. Xavier e não reparei que houvesse da parte deste contabilista qualquer hesitação na resposta.»-----

-----O Sr. Presidente declarou: «Assinalar a presença do Sr. Xavier nesta reunião de Câmara e referir que prestou todos os esclarecimentos que lhe foram postos, na medida em que é o responsável técnico pelas Contas que, neste momento, estão em apreciação e dizer que o rigor e a exactidão com que sempre, no exercício de todas as suas funções, mesmo as que são a apresentação destas contas, são para mim irrepreensíveis, merecem toda a minha confiança e desde já manifesto o

reconhecimento pela sua competência na elaboração deste documento. Aproveito para referir alguns aspectos que foram focados nas declarações de voto: Compra do carro da Presidência - é evidente que o valor que veio a reunião de Câmara era o valor do carro na lista publicada pela Central de Compras do Estado, mas estes não estão isentos das taxas e impostos que oneram o seu custo. Cine-Teatro e Biblioteca - estes dois equipamentos estiveram parte do ano dependentes de gestão camarária. Se a informação peca por excesso, não vemos mal nenhum nesse tipo de informação. Verbas ao Mirante e à RESIURB - todos sabemos que a publicação obrigatória de documentos, nomeadamente da DHU e vários concursos, é por si dispendiosa. Aumento do endividamento - O endividamento está contido nos limites previstos na lei e a observação de que há empréstimos não utilizados deve referir-se que são os empréstimos autorizados pelo rateio previsto em comunicações da DGAL, visto que os empréstimos que são obtidos por disposições contidas no Orçamento de Estado, como complemento de fundos comunitários, se esgotam com a total execução da obra respectiva. Complemento a minha declaração de voto com o escrito que tenho a folhas dois e três do Relatório de Gestão e que, por ser do conhecimento dos Srs. Vereadores, faz entrega para a Acta.-----
-----Este invocado documento é do seguinte teor:-----
-----« Como as disposições legais nos mandam e os princípios democráticos aconselham, apresentamos ao Executivo Municipal e à Assembleia Municipal, os documentos referentes à prestação de contas do exercício de dois mil e seis.-----
-----O exercício decorrido em dois mil e seis foi marcado pelas dificuldades que outros agentes económicos também sentem, sobretudo porque os Fundos Comunitários do III Quadro Comunitário de Apoio estão a terminar e porque as imposições do Governo, na concretização da sua política de combate ao défice, também nos impõem.-----
-----Por outro lado o facto da concretização da Empresa Águas do Ribatejo ter sido adiada, também afectou a concretização de

algumas obras que no início do ano apostávamos em iniciar.-----
-----Ainda assim, terminámos, aliás como sempre tem acontecido,
o exercício de dois mil e seis de consciência tranquila.-----
-----Vejamos porque fazemos esta afirmação:-----
----- O Centro de Corte de Carnes e Enchimento de Enchidos para
Sopa de Pedra, teve andamento decisivo que infelizmente não
atingiu o seu fim, porque as dificuldades vividas pela Firma a
quem foi adjudicada a instalação do Posto de Transformação.-----
-----Consideramos este equipamento muito importante para a
continuidade da tipicidade dos nossos enchidos.-----
-----Também se construiu o Centro de Juventude das Fazendas, uma
instalação que consideramos vital para a ocupação dos tempos
livres de dezenas de jovens daquela Freguesia;-----
-----Durante este ano fizemos aprovar outros projectos
importantes para executar durante o ano de dois mil e sete,
referimo-nos à elaboração dos projectos, do Primeiro Troço da
Circular Urbana e à Requalificação da Zona Histórica de Almeirim
com a substituição das infraestruturas e a valorização dos
arruamentos.-----
-----Fizemos as candidaturas e conseguimos a sua aprovação.-----
-----Continuámos a construção dos arruamentos e a substituição
das suas infraestruturas. Esta é uma acção que já alguns
contestam mas que consideramos ainda indispensáveis sobretudo na
freguesia de Fazendas, onde fizemos as seguintes Ruas:-----
-----Rua do Bairro AMCOFA;-----
-----Rua Manuel Moreira Cigano;-----
-----Rua Delfim Diogo da Silva;-----
-----Rua dos Calhandras;-----
-----Becos do próprio Bairro AMCOFA;-----
-----A Estrada da Feteira;-----
-----Rua Guilherme Nunes Godinho;-----
----- Requalificámos também a ligação da Quinta da Conceição até
às Fazendas;-----
-----Em Benfica do Ribatejo fizemos a Rua Primeiro de Maio;-----
-----Também nas Zonas Recreativas, actuamos na Raposa com a

Requalificação do Centro Cívico onde instalamos o Parque Infantil.-----

-----O mesmo fizemos na Escola dos Barrões nas Fazendas.-----

-----Também em Benfica do Ribatejo abriu ao público a Associação Recreativa, Cultural e Desportiva em que a Câmara muito se empenhou na sua reconstrução.-----

-----Na área do saneamento para além das frequentes substituições de redes pusemos a funcionar a ETAR da Tapada.-----

-----Por último, referimos a sempre continuada modernização dos serviços municipais que tem sido uma constante de alguns anos a esta parte.-----

-----Por esta amostra não custa dizermos que estamos de consciência tranquila até porque realizámos tudo o que esteve ao nosso alcance no ano de dois mil e seis que com dois mil e sete constituem a transição entre quadro comunitário.»-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha acrescentou à sua declaração de voto: «É óbvio que as dúvidas sobre a falta de rigor e de exactidão relativamente ao teor dos documentos aqui apresentados não é nenhum libelo acusatório ao Sr. Xavier, que não é Chefe de Divisão de todos os serviços aqui apresentados.»-----

-----1^a REVISÃO AO ORÇAMENTO PARA 2007 - Foi presente a Primeira Revisão Orçamental do corrente ano, do montante de um milhão novecentos e vinte e oito mil e sessenta e cinco euros e trinta e quatro cêntimos, previamente distribuída a todos os autarcas.-

-----O executivo deliberou aprovar, por maioria, com a abstenção da Sr^a Vereadora Manuela Cunha e o voto contra do Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----RETECORK - Foi presente a proposta do Sr. Presidente para, mediante autorização da Assembleia Municipal, integrar a Rede Europeia de Territórios Corticeiros - RETECORK, que visa, entre outros objectivos, defender os interesses dos territórios corticeiros, procurando assegurar a sustentabilidade do sobreiro, da cortiça de qualidade e promover a valorização do

património industrial correlativo.-----

-----A Câmara deliberou aderir, por unanimidade.-----

-----TAXAS E LICENÇAS - FEIRA MENSAL - Foi presente a proposta do Sr. Vereador José Carlos da Silva com destino à actualização das taxas do terrado do Mercado Mensal em treze e meio por cento e com incidência no terceiro trimestre do corrente ano. O preço por metro quadrado será de setenta e cinco cêntimos para os utentes locais e de um euro para os vendedores com residência fora do Concelho de Almeirim. Este aumento é justificado pela melhoria das condições oferecidas com o novo espaço da feira.---

-----O autarca proponente disse ter reunido com membros da Associação de Feirantes, que concordaram com o aumento das taxas, face aos benefícios oferecidos em matéria de instalações, pela autarquia.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as novas taxas e submetê-las à aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----PROTOCOLO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE ALMEIRIM, CORUCHE E CULT - O executivo apreciou a Proposta do Sr. Presidente com vista à celebração de um Protocolo entre os Municípios de Almeirim, Coruche e a Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, que possibilita o pagamento dos serviços a prestar pelo engenheiro electrotécnico Mário Ferreira, repartido entre os dois Municípios.-----

-----O assunto passou para uma próxima reunião.-----

-----2 - PESSOAL-----

-----PROCESSO DISCIPLINAR - Foi presente o Relatório contendo a decisão final do processo disciplinar imposto ao funcionário João Fernando Xavier, nos termos do Artigo dezoito, número um do Decreto-Lei número vinte e quatro, de oitenta e quatro, de dezasseis de Janeiro.-----

-----O executivo deliberou agendar o assunto para uma próxima

reunião.-----

-----Às dezassete horas o Sr. Presidente declarou encerrada a
reunião.-----

-----E eu, _____, Chefe de Repartição da
Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que
lavrei e subscrevi.-----

O Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição